

PRIMÓRDIOS DO *SPORT* EM TERRAS BRASILEIRAS: UM DEBATE EM ABERTO?

MS. CLEBER DIAS

Doutor em Educação Física (Unicamp) e Professor da Faculdade de Educação
Física da Universidade Federal de Goiás (Goiás – Brasil)
e-mail: cag.dias@bol.com.br

MELO, Victor. *Cidadesportiva*: primórdios
do esporte no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro:
Relume-Dumará / Faperj, 2001.

O alvo desta resenha é o livro *Cidadesportiva*, de Victor Melo. Publicado há quase dez anos, algumas das suas conclusões descortinam problemas historiográficos ainda bastante candentes para os estudos do esporte. Falo, mais especificamente, das suas definições conceituais, das concepções mais ou menos implícitas de modernidade, bem como da natureza das fontes utilizadas. Todas essas questões estão inter-relacionadas e perpassam o livro de modo geral. Mais que isso, elas também dramatizam, em última instância, os próprios desafios de identificar historicamente os primórdios do esporte no Brasil.

O livro é resultado de uma pesquisa de doutoramento desenvolvida entre 1995 e 1999. Dividido em cinco partes, seu objetivo é identificar os primórdios do esporte no Rio de Janeiro, tentando saber, nas palavras do autor, “como teria começado a prática esportiva em terras brasileiras?” (MELO, 2001, p. 13). Inicia-se

então uma discussão sobre as “principais práticas reunidas em torno da denominação esporte”, a fim de “identificar a partir de que momento podemos falar de esporte”. Diante das questões, um conceito é definido preliminarmente, qual seja, “um campo relativamente autônomo, com uma lógica interna específica” (MELO, 2001, p. 19-20).

O principal problema com essa definição é que ela parece atribuir pouca importância aos modos de uso e classificação mobilizados pelos vários grupos sociais que se enfrentavam à época para a legitimação de suas respectivas práticas. Pois ao longo de quase todo o século XIX, de acordo com o próprio autor, o vocábulo “*sport*” foi empregado para designar costumes bastante diversos, como as touradas, a patinação não-competitiva, os banhos de mar, o xadrez, a dama, o jogo do bicho, as brigas de galo ou as corridas a pé, de cachorro ou de pombo-correio. Algumas dessas práticas, como as touradas, são reconhecidamente datadas desde o período colonial. O livro, no entanto, apesar de visar os primórdios do esporte, não se ocupa em analisar mais detidamente nenhuma delas em particular. Ao invés disso, “o turfe e o remo foram os esportes centralmente abordados” (MELO, 2001, p. 15).

De acordo com as conclusões de Melo, a organização do campo esportivo tem homologias estruturais com sua própria institucionalização, entendida, por sua vez, como a existência de um aparato burocrático “organizado”, que só viria a existir no Brasil, realmente, depois da segunda metade do século XIX. Para o autor, o fenômeno esportivo não poderia existir antes disso. Seu trabalho menciona então que a partir de 1825, “as corridas de cavalo se tornam mais organizadas”; que em 1847 funda-se o primeiro clube de turfe; em 1851 “o primeiro grupo de regatas mais organizado”; em 1864 o *Jockey Club Fluminense*; em 1868 o *Jockey Club*; em 1867 o *Club de Regatas*; em 1874 o *Club Guanabareense*; além de uma série de outras organizações do mesmo tipo ao longo de quase toda a segunda metade do século XIX (MELO, 2001, *passim*).

A questão fundamental, nesse caso, com a qual o livro não se ocupa, é a de definir do ponto de vista historiográfico mesmo, em que medida é correto ou não compreender hodiernamente como esporte práticas identificadas e reconhecidas desse modo pelos homens do século XIX. O fato de serem “desorganizadas”, isto é, sem instituições burocráticas que as regulamentassem, nos desautoriza, de fato, a classificá-las como esportivas, mesmo se fossem assim reconhecidas à época? Tais práticas eram mesmo desorganizadas ou simplesmente se organizavam em termos relativamente diferentes dos nossos, ou melhor, diferentes do que um determinado grupo pretendeu a partir de certo momento? A medida dessas diferenças justifica uma distinção conceitual tão abrupta entre ambas? Por quê?

Pesquisas históricas sobre o esporte geralmente admitem que é a partir do final do século XIX que se pode localizar com relativa precisão o advento deste

fenômeno. Essas pesquisas são informadas por tradições interpretativas que associam o esporte à modernidade. Nesses casos, está sempre em tela a singularidade dos tempos modernos, o que teria implicações para a configuração dos jogos e divertimentos. Trata-se, em outras palavras, de uma rígida distinção entre tradição e modernidade, e conseqüentemente entre jogo e esporte.

Tais formas dicotômicas de interpretação, contudo, têm sido alvo de críticas. Argumenta-se que a diferenciação das diversas esferas sociais – que é o que melhor caracteriza processos modernizadores; em tese, ligados à esportivização dos jogos – não ocorreriam de maneira linear, harmônica ou convergente. Assim, seria possível que diferentes esferas sociais se dissociassem uma das outras em ritmos divergentes. De acordo com Shmuel Eisenstadt (1968), “dentro de muitas sociedades relativamente indiferenciadas existem ilhas de atividades muito mais diferenciadas e especializadas” (p. 163); ou seja, não é preciso que se identifique uma modernização em bloco de todas as esferas da sociedade para identificar as origens do processo de modernização.

Por diferentes caminhos, algumas reflexões sobre o esporte têm caminhado mais ou menos nessa direção. Diz-se, nesses casos, que as relações entre esportes e sociedades modernas estariam concebidas de maneira quase imediata e não-problemática (HOLT, 1992).

No trabalho de Victor Melo, parte dos fundamentos que justificam suas opções teóricas e metodológicas se assenta, precisamente, na convicção que esporte e modernidade estariam relacionados. De acordo com o autor, uma das justificativas para a periodização adotada por seu estudo está na correspondência dos acontecimentos no âmbito dos esportes com o contexto mais geral da sociedade brasileira da época, a saber, de industrialização, urbanização, enfim, de modernização. Trata-se de uma postura teórica que evidencia uma compreensão de modernidade muito afeiçoada a sua dimensão material, ligada a uma determinada divisão social do trabalho, a generalização da produção industrial ou da aceleração no povoamento das grandes cidades. Embora tudo isso, inegavelmente, diga respeito à modernidade, não se pode dizer que a modernidade se esgota nisso. Como vimos, a caracterização de uma ordem social diferenciada – e nesse sentido moderna – não depende do estabelecimento de todos esses traços de maneira uniforme e simultânea. Assim, poderíamos falar de uma sociedade moderna ou de uma sociedade que começa a desenvolver práticas modernas, mesmo antes que muitas de suas esferas institucionais se encontrassem totalmente diferenciadas, autonomizadas ou especializadas.

Meu balanço, nesse sentido, é o de que as origens históricas do esporte não necessariamente se correspondem com as origens de um campo esportivo “organizado”, tal como o entende Victor Melo. O esporte praticado através de clubes

e federações, com regulamentos escritos, um corpo técnico especializado e um mercado ao seu redor não é sinônimo do esporte enquanto fenômeno social. Na esteira daquelas considerações críticas às concepções correntes de modernidade, poderíamos dizer que para a existência do esporte enquanto realidade histórica da modernidade não é indispensável que todos esses elementos estejam presentes, muito menos que estejam presentes ao mesmo tempo. A existência social e mesmo institucional do esporte necessita apenas de uma ideia a seu respeito, afinal, “pode-se chamar instituição todas as crenças e todos os modos de conduta instituídos pela coletividade” (DURKHEIM, 1999, p. XXX).

Trabalhos antropológicos sobre as múltiplas formas de assimilação de práticas esportivas encadeadas por diferentes grupos sociais, como os povos indígenas ou mesmo os “esportistas de fim de semana”, têm se confrontado mais abertamente com problemas desse tipo (ver FASSHEBER, 2006; STIGGER, 2002). São pesquisas obrigadas a se relacionar com concepções de esporte que contrariam, ao menos em certa medida, o próprio conceito hegemônico em torno deste fenômeno. Abordagens antropológicas nessa perspectiva, portanto, têm se perguntado sobre a suposta universalidade e abrangência do conceito de esporte, que, definido muito restritamente, torna-se incapaz de abarcar a polissemia e a multiplicidade das suas formas de manifestação, sendo, em última análise, excludentes e etnocêntricos.

Os esportes, se definidos unicamente como práticas corporais “modernas”, portanto competitivas e tidas por muitos como “instrumentais” de um *ethos* “ocidentalizante” de sociabilidade, acabam não dando conta dessa gama de práticas e representações que interagem “com” e “a partir” dos esportes. E que, por sua vez, apontam para variados aspectos que não necessariamente convergem para um modelo conceitual hegemônico (TOLEDO, 2001, p. 137).

No caso da História, seguindo as indicações do próprio trabalho de Victor Melo, sabemos que a noção de “*sport*” já era mobilizada no Brasil para classificar determinadas práticas antes mesmo do século XIX. Evidentemente, palavras sofrem profundas alterações de significado no curso do tempo. Em alguns casos haverá descontinuidade nos seus significados a despeito da permanência ininterrupta das palavras; em outros, a ausência do signo linguístico não necessariamente significa que o seu conteúdo também o esteja, ou que a sua aplicação àquelas circunstâncias não seja nunca possível. Assim, a existência da palavra “saudade” apenas em língua portuguesa, por exemplo, não implica que o sentimento descrito por ela seja exclusivo aos falantes dessa língua. O conceito de esporte também tem sido problematizado mais ou menos nesses termos. Fabio Lessa (2008, p. 4) sumariou a discussão sob este aspecto, questionando a respeito da inviabilidade ou não de tratarmos como

esportivas práticas corporais da Antiguidade, que desconheciam, realmente, o vocábulo esporte. No entanto, segundo ele, é perfeitamente possível que essas culturas tenham teorizado a respeito de suas práticas em termos semelhantes aos encerrado pelo conceito de esporte a partir de outras categorias. Assim, “se o termo esporte era desconhecido pela Antiguidade, o mesmo não se pode afirmar para o seu conteúdo. Os gregos antigos, assim como os romanos, certamente vivenciaram o conteúdo que nós teorizamos como esporte”.

No caso das práticas oitocentistas o nível de estranhamento é menor se comparados com a Antiguidade, pois ali o termo já havia se estabelecido. Mesmo assim, a polêmica também diz respeito a determinar a especificidade dos seus conteúdos com relação ao que nós, no tempo presente, chamamos de esporte, bem como a continuidade entre as práticas do passado e do presente.

Utilizado inicialmente para designar um vago sentido de divertimento, seu uso foi pouco a pouco se restringindo e se especializando. Nos capítulos de *Cidadesportiva* dedicados a analisar o papel das elites, vemos como esses grupos exploraram o esporte para difundir códigos morais e expressar suas próprias convicções. Nesse processo, “*sports*” fortemente ligados a costumes populares, como as brigas de animais, por exemplo, foram simplesmente descaracterizados enquanto tais, sendo, em última análise, excluídos e desconsiderados desta categorização. Nesse sentido, a especialização do conceito não seria mais que o resultado de um esforço de desqualificação dos hábitos de grupos populares, “rivals”, evidentemente, das elites detentoras de maior capital simbólico. A dinâmica de desenvolvimento do esporte, nesse sentido, é a expressão de interesses de classe, com os quais o historiador não é obrigado a se identificar.

Dizer que práticas identificadas como “*sport*” no século XIX não podem ser chamadas assim apenas porque não estão em conformidade com aquilo que uma elite dirigente desejou um dia que fosse esporte é, no limite, adotar como legítimo e verdadeiro o ponto de vista dessa elite dirigente. O fato deste projeto e destas concepções esportivas terem se tornado hegemônicas não significa que outros significados, divergentes, não tenham existido ou não tenham condições de se manifestar, mesmo que de maneira minoritária e periférica. Em verdade, esses “antigos” sentidos, que se pretendeu banir da história dessas práticas, permanecem e permanecem ainda vigorando subterraneamente. A continuação com a organização de rinhas de galo até os dias de hoje o prova (a título de exemplo, ver FOLHA DE SÃO PAULO, 05 out. 2008).

Contudo, o material utilizado como fonte por Victor Melo não permite sabermos que sentido exatamente outras práticas chamadas de “*sport*” assumiam nos seus contextos nativos originais. A reconstituição histórica recorreu quase que

exclusivamente aos jornais como fonte, tornando realmente impossível saber através dessa análise se existiam outras formas de registro do termo antes de 1808, que é o momento em que os primeiros jornais começaram a ser impressos no Brasil. Também não podemos saber como tais registros se operavam no cotidiano daquela época para pessoas que não tinham acesso à produção dos jornais, nem tampouco em que sentidos lexicais tal vocábulo era mobilizado nesses contextos. A escolha dessa série documental, enfim, acaba induzindo o autor a assumir e adotar como verdade histórica a perspectiva dos grupos em condições de expressar seus valores e cosmologias através dos jornais.

Uma crítica radical das fontes, nesse sentido, não foi levada a efeito. Por isso estamos o tempo todo nos defrontando não com as manifestações chamadas de “*sport*” no século XIX, mas sim com “as manifestações chamadas de *sport nos jornais*” (MELO, 2001, p. 27, o grifo é meu). A rigor, não estamos tratando do esporte tal qual se apresentava na realidade social daquela época. Estamos, isso sim, tratando de um modo muito particular e parcial de representações sobre esporte; não estamos, enfim, apenas diante de representações da realidade, senão de representações do que certos grupos sociais pensavam ser a realidade. Porque então acreditá-los tanto? Quem garante que as categorias de inteligibilidade de quem escrevia nos jornais do século XIX correspondiam, necessariamente, com as categorias de apreensão da realidade da população de um modo geral? Algumas coisas existem no mundo mesmo que os jornais não as noticiem.

Nesse breve comentário crítico, tópicos importantes desenvolvidos pelo livro foram inevitavelmente deixados de lado. Alguns deles, inclusive, são momentos de grande engenhosidade interpretativa, e que podem, facilmente, ser considerados como o ponto alto de toda a obra. É o caso, por exemplo, do entendimento sobre a incorporação do esporte no Brasil a partir de uma dupla e complexa circularidade, que tenta superar oposições exageradas entre o nacional e o internacional ou os dirigentes e os subalternos. Os elogios a esse respeito poderiam se estender quase indefinidamente. Não seria difícil, nem exagerado.

Ao invés desses aspectos, contudo, procurei me concentrar naquilo que me parece mais problemático. Talvez por isso, algumas palavras podem parecer ríspidas e injustas demais, como de fato às vezes são. Mas a bem da verdade, o balanço final é que muitas das suas conclusões e formas de abordagem marcam, a despeito das críticas pertinentes ou não, um importante momento recente das elaborações teóricas acerca do esporte no Brasil. Seus encaminhamentos abrem um novo horizonte de pesquisas – ainda pouco explorado por sinal. Por tudo, passado quase dez anos da sua elaboração inicial, não seria demais afirmar que este é um dos livros mais importantes sobre história do esporte no Brasil.

REFERÊNCIAS

- DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 2. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- EISENSTADT, Shmuel. Mudança social, diferenciação e evolução. In: _____. *Moder- nização e mudança social*. Belo Horizonte: Ed. do Professor, 1968.
- FASSHEBER, José. *Etno Desporto indígena: contribuições da antropologia social a partir da experiência entre os Kaingang*. Tese (Doutorado em Educação Física). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. Campinas, SP: UNICAMP, 2006.
- FOLHA DE SÃO PAULO. *Polícia prende 35 em rinha de galo na Zona Leste de SP*. São Paulo, 05 de outubro de 2008. Disponível em: <[http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ ult95u452709.shtml](http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u452709.shtml)>. Acesso em 19 out. 2008
- HOLT, Richard. *Sport and the british: a modern history*. Oxford: Claredon, 1992.
- LESSA, Fábio. Esporte na Grécia Antiga: um balanço conceitual e historiográfico. *Recorde*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, p. 1-18, dez. 2008, Disponível em: http://www.sport.ifcs.ufrj.br/recordede/pdf/recordedeVIN2_2008_11.pdf. Acesso em 28 dez. 2008.
- MELO, Victor. *Cidadesportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / Faperj, 2001.
- STIGGER, Marco Paulo. *Esporte, lazer e estilo de vida: um estudo etnográfico*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.
- TOLEDO, Luiz H. de. Futebol e teoria social: aspectos da produção científica brasileira (1982-2002). *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, São Paulo, n. 52, p. 133-165, 2001.

Recebido: 25 ago. 2009

Aprovado: 19 ago. 2010

Endereço para correspondência:

Cleber Dias

Faculdade de Educação Física - Universidade Federal de Goiás
Rodovia Goiânia – Nerópolis, Km-12, Campus Samambaia. Goiânia – GO
Caixa Postal: 131
CEP: 74001 - 970